

UNIIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA

**Experiências e solidariedade na formação da União dos Operários
Estivadores (Rio de Janeiro, 1903-1910)**

Nova Iguaçu

2014

Resumo

A União dos Operários Estivadores se mostra ao longo dessa pesquisa uma importante associação operária que visou garantir direitos à sua categoria e esteve presente nas questões que pautaram a luta operária. Este trabalho visa compreender como a experiência dos trabalhadores estivadores e suas reivindicações contribuíram para a formação dessa organização. Entendemos que a categoria é fundamental no contexto da Primeira República, pois seu setor de serviço compreendia uma parcela importante da economia do país. Nesse sentido, buscamos aqui investigar também algumas das estratégias desses trabalhadores para serem atendidos em suas reivindicações e como suas experiências influenciaram nessas estratégias. Cabe a esse trabalho também, entender o papel da solidariedade entre esses trabalhadores, algo que nos parece fundamental para as articulações dessa categoria e de sua entidade representativa.

GUILHERME SANTOS CABRAL DE OLIVEIRA

**Experiências e solidariedade na formação da União dos Operários
Estivadores (Rio de Janeiro, 1903-1910)**

Monografia apresentada ao curso de História como
requisito parcial para a obtenção do Título de
Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar
da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Orientador: Prof.º Dr.º Alexandre Fortes

Nova Iguaçu

2014

GUILHERME SANTOS CABRAL DE OLIVEIRA

**Experiências e solidariedade na formação da União dos Operários
Estivadores (Rio de Janeiro, 1903-1910)**

Monografia apresentada ao curso de História como
requisito parcial para a obtenção do Título de
Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar
da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Alexandre Fortes

Prof.^o Dr.^o Álvaro Pereira do Nascimento

Prof.^o Dr.^o Carlos Eduardo C. da Costa

Nova Iguaçu

2014

Agradecimentos

Foram longos anos, e a tantos dá vontade de agradecer. O sentimento de gratidão é enorme e tal qual a amizade, o carinho e o respeito por todos aqueles que – aqui, na base do clichê – estiveram nessa caminhada. Àqueles que por aqui estiveram, sempre ficará o meu mais profundo agradecimento. São muitos, mas vale o esforço de falar de alguns por aqui.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer e dedicar esse trabalho ao homem mais brilhante que eu já conheci, meu avô, Benedito José dos Santos, que com anos de dedicação e amor pela estiva carioca e pela causa do trabalhador brasileiro, desempenhou um papel de luta e sacrifícios, recompensados com a gratidão daqueles que acompanharam sua trajetória e pela educação de seus filhos e desse neto que lhe tem como o maior orgulho que um dia alguém possa ter. Muito obrigado, vô! Esse filhinho, anjinho e netinho agradece e te homenageia da forma mais singela, mas profunda que poderia. Onde quer que você esteja, olha por mim.

Agradeço à minha querida e dedicada mãe, por todo o esforço e determinação em sozinha, peitar o mundo por mim. Sua coragem, honestidade e fé de que tudo daria certo nos momentos mais difíceis de nossas vidas. Nós, mãe, somos a família brasileira: dois contra o mundo (como diria Brown)! E mesmo assim, saímos vitoriosos de muitas dessas batalhas. Como você, guerreira, não conheço ninguém. Você é o meu exemplo! Eu te amo!

À minha tia-mãe Rosana – eternamente tia Nanana, por ter sido minha companheira, minha amiga, minha sombra durante todos esses anos. Bem sabes o que eu penso, o que eu sinto, como eu sinto. Você é a pessoa que melhor me conhece nesse mundo. E eu me orgulho muito de ser seu Guguzuco (contanto que você não me chame assim na frente dos outros).

Ao meu tio-pai Luiz Carlos, a quem dedico todo o aprendizado sobre ser um homem. Você me protegeu, me cuidou e foi o meu pai esses anos todos. Segurou as barras todas, e começou com isso em primeiro lugar, desde pagar o meu vestibular até financiar meus sonhos, de jogar bola, de lutar, de ser astronauta, de fazer cinema... Não sou eu quem lhe dou orgulho, é você quem me dá. Esse trabalho também é pra você. O encostador mais jovem da história da nossa estiva!

Agradeço de todo o coração às minhas tias Regina e Olga, pelo tempo dedicado a me amar, com toda a distância ou as diferenças que possamos vir a ter. Vocês fazem tão parte dessa história quanto os outros. Amo vocês de coração! Suas bênçãos e sei que torcem por mim, da onde estiverem!

À Carolina e Fernanda (e aos seus), primas queridas, meus amores.

Às famílias Marinho, Renovato, Barbalho, Bittencourt e Mendonça, por toda a ajuda, amor e carinho. Somos, e eu de fato considero, uma família só! Vocês foram nossos portos seguros em vários momentos de tempestade. Dedico com um carinho especial aos representantes dessas maravilhosas estirpes: Délio (obrigado, Dindo! Por tudo!), Isa e Jurema; Olinda, Damião e Bené (meu anjo da guarda); tia Cida e Lelê; Rosângela (minha querida e eterna sogra, que me atura), seu Nelson e Rodrigo (que não sei se é cunhado ou amigo).

Aos meus professores do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que contribuíram muito para minha formação como cidadão e como historiador. Em especial àqueles que se fizeram inesquecíveis em sua passagem: professora Miriam Coser, por seu caráter e comprometimento quando me ajudou em um momento decisivo na minha graduação, sabes do carinho e respeito imenso que eu lhe tenho, obrigado! Aos professores Alvaro Nascimento, Lúcia Silva, Marcello Basile e Surama Conde pelo apoio, suporte e dedicação enquanto professores e o carinho no trato pessoal. E um agradecimento especial ao professor Alexandre Fortes, por toda confiança e sabedoria que transmite e transmitirá para minha pessoa.

Aos meus companheiros de PIBID (Ligia, Manoel, Daniel, Rita e Paula) e meus companheiros de CAHIS.

Aos meus muitos amigos e familiares um agradecimento gigante, por tudo que passamos, passaremos e por toda a força. Vocês sabem quem é real e quem não é! Em especial, agradeço aos meus irmãos Leonardo Barbalho e Michelle Cândida, os quais eu não tenho palavras para expressar o amor e a gratidão que eu tenho, eternamente. Amanda Scott, por ser minha pedrinha da sorte e meu amor maior. Aos meus queridíssimos amigos Filipe Alves, Mariana Cruz, Stephanie Vassou e Rafael Borges pela eterna torcida amor, e carinho. Geison e Livia, casal de amigos que dividem nossos dias, nossos pratos, nossos copos e nosso amor e ao chef Luiz Santos, amigo querido que começou como apêndice e virou um dos nossos mais

presentes amigos, amo vocês! Meus “inimigos” queridos, Adriano Santos e Daiane Rocha, sem os quais minhas noites de calor regadas a risadas, brigas, jogos e “biricuticos” jamais seriam as mesmas, vocês são as melhores pessoas que já tive a oportunidade de conhecer. Ao meu grande amigo, Leonardo Carvalho, presente que a Rural me deu. Yuri Alves e a divisão do maior amor que nós dois temos nessa vida, O VASCO (lembrando de agradecer ao Vasco que é minha vida, minha história e o meu primeiro amigo), Alexandre Alamino, que desde que nos conhecemos sempre esteve nos momentos difíceis. Marília Marinho, que me tirou de amarelinho da maternidade. Matheus Topine, Allofs Daniel, Luiz Gabriel, Narcelio Ferreira (e família), Thiago Caroli, Gláucio Malheiro, Claudielle Pavão, Gabriel do Nascimento, Jennifer Braga, Cândida Augusta, Mayra Pessôa, Rafael Benevides, Antonio Henrique, Fátima Lins, tio Braga... Tantos outros não citados, mas sempre lembrados. Muito, mas muito obrigado mesmo à todos vocês.

Finalmente, o meu maior agradecimento a quem me fez chegar lá, confiou em mim, me incentivou em todos os momentos e fez de mim muito do que hoje eu sou. Em outra oportunidade eu já havia dito, fazia tanto tempo e eu já te amava. E te amo! Você vai ser sempre peça importante de mim, da minha vida... Isso tudo é por mim e por você, é por nós. Com todo o meu carinho e amor, meu maior agradecimento, à Carolina Bittencourt Mendonça.

Meu muito obrigado à todos!

Sumário

Introdução	10
Capítulo 1: Historiografia do trabalho na Primeira República e os olhares sobre a “praia”	
<i>Historiografia da classe operária: debates e contribuições</i>	13
<i>Historiografia do “porto”: olhares sobre a “praia”</i>	24
Capítulo 2: A União, o porto e os estivadores na primeira década do século XX	
<i>O porto: as relações de produção na “praia”</i>	30
<i>O trabalho e o estivador no porto</i>	34
<i>Antecedentes da União e a greve de 1903</i>	38
<i>Os “fundamentos da União”:</i>	
<i>Características e experiências nas formas de um sindicato</i>	41
<i>A política da boa vizinhança: solidariedade é a União fazendo a força</i>	46
Considerações finais	51
Fontes e Referências Bibliográficas	53

Introdução

A história do movimento operário parece confundir-se com a história do Brasil republicano. Todavia, as relações de produção e a própria lógica de trabalho muitas vezes estiveram com suas raízes intrínsecas ao momento anterior ao trabalho livre e ao próprio advento republicano; típico de um período atribulado, no qual se conflitavam incertezas, surgimento de ideologias, busca por identidades e afinidades, bem como afirmações sociais e políticas.

Nesse sentido, buscamos analisar a experiência dos trabalhadores estivadores no processo de formação da classe operária do Rio de Janeiro, identificando suas origens, motivações e interesses que culminaram na construção da União dos Operários Estivadores, organização sindical fundada em Setembro de 1903, em uma conjuntura pós-greve. Para tal, buscamos investigar algumas das características que consideramos cruciais na formação desta entidade.

Por ser o período da Primeira República, um período de inquietações, muitas das quais ligadas às questões operárias, e por ser o porto do Rio de Janeiro um espaço de tamanha importância para a economia agroexportadora do país na época, escolhemos esses trabalhadores como nosso objeto de estudo. Delimitamos como recorte temporal o ano de 1903, momento onde a participação da categoria na chamada “greve geral” constitui uma grande importância para a formação da União dos Operários Estivadores, e cobrimos até o fim da década, no ano de 1910 onde entendemos que as experiências que estiveram relacionadas à formação dessa organização já estavam dispostas em suas práticas.

Considerando diversas pesquisas que tem como temática o trabalhador portuário, alguns aspectos foram estudados. Para citar alguns, podemos pontuar questões como a conquista do mercado de trabalho por parte dos trabalhadores estivadores¹; questões ligadas às origens étnicas como fator preponderante na organização de trabalhadores portuários²; ou questões que

¹ CRUZ, Maria Cecilia Velasco e. Virando o Jogo: Estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República (1998). Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.

² ARANTES, Erika Bastos. O porto negro: Cultura e Trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do séc. XX (2005). Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP.; CRUZ, Maria Cecilia Velasco e. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908. Revista USP, São Paulo, n. 68, 2005-2006.; CRUZ, Maria

tecem reflexões acerca da influência de partidos políticos, cultura do trabalho e gênero³. Entretanto, são bem escassas as pesquisas que questionam a participação desses operários como atores políticos de um período que consideramos rico no ponto de vista da inserção de novos participantes no jogo político da capital federal na Primeira República. Vale salientar que pela importância das atividades competentes à esses trabalhadores, refletimos que sua participação ante ao Estado e à outras categorias seja extremamente relevante investigarmos a influência dos estivadores nas questões referentes às suas reivindicações. A intenção deste trabalho é também contribuir para a bibliografia da temática dos trabalhadores portuários, em especial os trabalhadores estivadores.

Sendo neto e sobrinho de estivadores, tive desde cedo convívio com muitos dos trabalhadores que fizeram parte da história dessa categoria. Tive também, por várias vezes, que lidar com o preconceito de outras pessoas com relação a essa categoria de trabalhadores. O imaginário popular, muitas vezes colocam os estivadores como homens brancos, mal educados e intransigentes no trato com o outro, sem levar em conta a história por detrás do estigma desta categoria. Busco aqui também romper com essas simplificações desses trabalhadores, identificando-os como peças de extrema relevância no contexto histórico com o qual trabalhamos. As temáticas relativas às questões do trabalho e do trabalhador como ator político me instigaram o suficiente para que fosse o foco e o interesse deste trabalho.

Como objetivo, buscamos entender como as experiências dos trabalhadores estivadores no processo de formação da classe operária do Rio de Janeiro contribuíram para a constituição de sua entidade de classe, a União dos Operários Estivadores, e como essas experiências contribuíram para a atuação desses trabalhadores ante às suas questões políticas e suas reivindicações enquanto categoria e parte integrante do movimento operário. Para isso, identificamos alguns dos componentes centrais para a configuração dessa associação. São noções como as relações de produção e de trabalho no porto, as relações sociais e suas implicações nas características que fundamentam a União dos Operários Estivadores. Portanto, utilizamos como contribuições teóricas fundamentais para este trabalho. A noção de experiência trabalhado por E.P. Thompson, que consiste em um produto de interações humanas

Cecilia Velasco e. Tradições Negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. Revista Afro-Ásia, n. 24, 2000.

³ SILVA, Fernando T. *Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos*. In: BATALHA, Claudio H.M.; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando T. *Culturas de classe*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005.

que geram frutos característicos de onde derivam ações características⁴. Bem como o conceito de classe compreendido por este autor como sendo “um fenômeno histórico que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto da matéria prima da experiência como na consciência.”⁵ Ainda serão focos de nossa análise as questões referentes à solidariedade entre os trabalhadores, seus conflitos e a influência do acúmulo das experiências vividas e compartilhadas enquanto indivíduos em uma categoria de trabalhadores.

Como fontes, utilizaremos algumas publicações da imprensa da época, como os jornais *Gazeta da Tarde*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã*, bem como o Livro de Registros dos Sócios da União dos Operários Estivadores (1903-1905) e o Estatuto da União dos Operários Estivadores publicado em Diário Oficial no ano de 1906. Tomamos por metodologia a análise de uma bibliografia um pouco mais geral, que tem como reflexão o período da Primeira República e as diversas questões referentes aos operários, e de uma bibliografia mais específica referente à temática dos operários estivadores e/ou portuários. Ainda no que tange a metodologia, analisaremos as fontes buscando compreender como suas informações nos direcionam à experiência dos trabalhadores estivadores no contexto por nós trabalhado, intencionando responder os questionamentos por nós desenvolvidos ao longo deste trabalho.

Em síntese, podemos observar que este trabalho compreende dois capítulos. O primeiro traça as contribuições historiográficas, analisadas criticamente, sobre as questões que perpassam os estudos sobre os operários na Primeira República e especificamente a produção sobre os trabalhadores estivadores. O segundo capítulo trata de desenvolver as reflexões acerca da conjuntura, das experiências dos trabalhadores, e de suas motivações no período que antecede a criação da União dos Operários Estivadores, compreendendo seus fatores preponderantes, até o final da primeira década do século XX.

⁴ THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. V-I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 17.

⁵ THOMPSON, op. cit, p. 9.

Capítulo 1

A historiografia do trabalho na Primeira República e os olhares sobre a “praia”

Historiografia da classe operária: debates e contribuições

Nesse capítulo nosso foco está voltado para a análise da produção historiográfica relativa à classe operária no Brasil, destacando as principais contribuições e eixos norteadores dos debates sobre a temática. O recorte praticado privilegia a experiência dos trabalhadores na capital federal, tendo em vista a importância econômica, social e política das atividades desenvolvidas e a proximidade espacial com relação ao governo.

Seguimos aqui a orientação proposta por Cláudio Batalha, que em artigo publicado em 2007, diferencia a “historiografia da classe operária” da “história do movimento operário”⁶. A primeira, de característica não militante, conforme destaca, tem a preocupação voltada para questões mais amplas do operariado. Enquanto a segunda, revela um comprometimento em exaltar uma determinada categoria dentro do movimento operário, através de suas entidades de classe.

No referido trabalho, Cláudio Batalha faz um balanço das diferentes correntes que analisaram a questão operária no Brasil, desde os anos de 1950, trazendo uma importante cronologia que auxilia nesse trabalho. A primeira “corrente” que produz escritos sobre os operários, segundo o autor, é o que denomina de vertente militante, que, como a própria classificação indica, não inclui a contribuição de intelectuais. Trata-se de uma produção difícil de datar seu início e estaria comprometida com a questão militante e com o movimento operário. Conforme afirma:

⁶ BATALHA, Claudio H.M. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar. (org.) Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

Como no caso de outros países, os primeiros estudos sobre a classe operária no Brasil foram produzidos por militantes. E, por militantes, refiro-me tanto a sindicalistas e ativistas políticos de esquerda, como também por jornalistas ou advogados, vinculados de forma militante ao movimento operário. São, portanto, os escritos historiográficos desses não acadêmicos que chamo de produção militante.

Dentro dessa tradição é difícil, para não dizer impossível, determinar com certeza qual o primeiro trabalho que tanto se preocupasse com a história operária, como se tivesse algum cunho historiográfico. Não faltam exemplos, desde o início do século XX, de artigos e obras que contenham elementos de uma história da classe operária no Brasil ou, pelo menos, de suas parcelas organizadas. (Batalha, 2007, p.146)

Batalha reconhece a existência de diversas publicações operárias, panfletos e/ou periódicos em geral, marcados por uma preocupação em divulgar a situação, pensamentos e questões dos operários.

Entretanto, somente a partir das décadas de 1950 e 1960 começa a surgir, de forma mais significativa, uma produção mais comprometida com o objetivo de “historicizar” as questões relativas à experiência operária. Para Batalha, as origens dessas publicações estão ligadas não somente a instituições importantes, mas a eventos com os quais essas entidades estavam diretamente envolvidas, tais como greves, congressos e reuniões de classe ou de categoria, que tinham por objetivo congregar um número ideal de trabalhadores.

Essa produção militante preocupava-se em ser um porta voz ativo e uma representação autêntica dos operários, geralmente em paralelo a organizações e ideologias de esquerda, seja dos anarquistas, seja de socialistas e comunistas.

Essa tendência sofre mudanças no início dos anos de 1960, com o surgimento das sínteses sociológicas, que buscaram estabelecer modelos para explicar as opções e escolhas dos operários no país. As preocupações iniciais dessa corrente estavam ligadas com a introdução das noções que, para os autores desta corrente significavam as características de seus modelos explicativos. São elas “a origem estrangeira da classe operária; o vínculo entre a introdução do

anarquismo e essa origem; a hegemonia do anarquismo no movimento sindical da Primeira República.”⁷

Ainda nos anos 1950, o primeiro indicativo de produção acerca da temática do movimento operário foi lançado. A obra de Evaristo de Moraes Filho⁸ publicada em 1952, contribuiu como uma espécie de precursor dessa produção específica sobre os trabalhadores, inclusive com diferenças em relação à geração da década de 1960, como por exemplo, a não divisão temporal da história dos operários em dois momentos: anterior e posterior a 1930.⁹

O pioneirismo relativo à geração das sínteses sociológicas fica por conta de Juarez Brandão Lopes, que em dois artigos publicados nos anos de 1960¹⁰ e 1961¹¹, ambos compilados no seu livro, 1964¹², busca por meios de uma “análise empírica da fábrica” as características que para esse autor pontuaram a classe operária pós 1930. Sendo elas a origem rural dos trabalhadores; a instabilidade financeira; os padrões de ação coletiva e as tradições que compõem a classe.¹³

A partir da obra Juarez Brandão, podemos considerar outras obras fundamentais à produção das sínteses sociológicas. Podemos citar o artigo publicado por Fernando Henrique Cardoso em 1961¹⁴, que tem como foco as características do movimento operário em três períodos: a Primeira República e a situação não industrializada do país junto à homogeneização das relações sociais; os anos de 1930 e 1940 e a ausência de liberdade dos sindicatos, e os anos 1950, onde a ausência de valores e tradições da classe operária só poderiam ser superadas através de um preparo da mesma para as suas ações.¹⁵

Ainda nos anos 1960, Leôncio Martins Rodrigues (1966), que segundo Claudio Batalha, “constitui o modelo mais acabado da síntese sociológica”, compreende que a história do movimento operário está dividida em dois momentos: pré e pós 1930. Enquanto o segundo

⁷ Ibid, p. 148.

⁸ MORAES FILHO, Evaristo de. O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

⁹ BATALHA, op. cit.

¹⁰ Os ajustamentos do trabalhador à indústria: Mobilidade social e motivação.

¹¹ Relações industriais em duas comunidades brasileiras.

¹² LOPES, Juarez Brandão. Sociedade industrial no Brasil. São Paulo: Difel, 1964.

¹³ BATALHA, op. cit, p. 149.

¹⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. Situação e composição social do proletariado brasileiro. *Sociologie du Travail* (4), 1961.

¹⁵ BATALHA, op. cit.

momento se caracterizava como os apontamentos feitos por Fernando Henrique Cardoso, o primeiro era composto por operários “de origem estrangeira, minoritários, sem participação política, com lideranças mais voltadas para a luta contra o capitalismo e a propriedade privada, do que para problemas colocados pela realidade brasileira.”¹⁶

No ano de 1968, José Albertino Rodrigues é pioneiro na crítica ao marco do ano de 1930, argumentando “descompasso entre o movimento sindical e legislação trabalhista” e reformula uma divisão cronológica da história do movimento operário brasileiro: “período mutualista (antes de 1888); período de resistência (1888 – 1919); período de ajustamento (1919 – 1934); período de controle (1934 – 1945); período competitivo (1945 – 1964).”¹⁷

Azis Simão, em 1966, contribuiu com uma análise que ainda que se restringisse ao caso paulista, como outros casos dessa mesma corrente (assim nos aponta Claudio Batalha), estava baseada em “pesquisa empírica de fôlego”.¹⁸ Batalha observa que nessa corrente o que predominou foi a característica generalizadora das leituras da história do movimento operário, com pouca pesquisa empírica.

Outra corrente que o autor aborda, é o que chama de “início da historiografia acadêmica do movimento operário”. Tratam-se de pesquisas de brasilianistas e a entrada de outros campos das ciências sociais. Essa produção, iniciada na década de 1970, passa a ser crucial para as pesquisas sobre a temática. A partir daí, a preocupação com métodos de investigação, uso de fontes documentais e incorporação de fontes impressas, em geral, enriqueceram de forma significativa a compreensão sobre o tema. A criação de centros destinados a guardar acervos ligados a memória e a história operária, bem como acervos de documentação privadas doadas à instituições públicas de ensino e à arquivos que se encarregavam dessa documentação teve um importante papel no novo rumo da pesquisa. Esse movimento, produz reflexos na produção posterior, já que, graças aos avanços e facilidades em termos de acesso a fontes construídas, na década de 80, assiste-se à ampliação dos trabalhos sobre movimento operário.

¹⁶ BATALHA, op. cit, p. 149.

¹⁷ Ibid.

¹⁸ Ibid.

Conforme destaca Batalha, influência da historiografia marxista britânica, com a divulgação das obras de E. P. Thompson¹⁹ e Eric Hobsbawm²⁰ no Brasil também jogou um papel importante na redefinição da produção historiográfica relativa à temática no Brasil. De acordo com autor:

Entre os efeitos produzidos por essas influências, a que se ressaltar a ampliação dos temas e enfoque. A história operária deixou de ser unicamente a história do movimento operário organizado. Assim, sindicatos, partidos, correntes ideológicas deixaram de ocupar o primeiro plano dando lugar para a classe. Momentos de luta excepcionais cederam espaço para as condições de existência diárias, o cotidiano operário (Chalhoub, 1986); (Decca, 1987). Ocorreu também uma ampliação da cronologia; a história operária, que não ultrapassava os anos 30, invadiu o terreno anteriormente deixado para a sociologia e a ciência política, conseguindo chegar em suas análises até o início dos anos 80 (Maroni, 1982). Além disso, temas anteriormente não tratados ou colocados secundários ganharam novo espaço, tais como condições de trabalho (Ribeiro, 1988), processo de trabalho (Velasco e Cruz, 1986), condições de vida do operariado (Lobo, 1981), Cultura operária (Hardman, 1983), mulheres operárias (Pena, 1981), correntes sindicais reformistas (Batalha, 1986 e 1990); (Velasco e Cruz, 1981); (Zaidan, 1981), origens da legislação trabalhista (Gomes, 1988); (Munakata, 1981), etc. (Batalha, 2007, p. 153)

Cláudio Batalha aponta que essa ampliação e divisão da historiografia da classe operária atingiu um apogeu. Após este apogeu no final dos anos 1980, o autor identifica uma crise que corresponde a diversos fatores, como a dificuldade de se identificar esses estudos em um determinado campo; a conjuntura do final da década de 1980, que compreende a queda do movimento operário sindical, e as crises da esquerda em larga escala, por exemplo, a queda do socialismo real. Entretanto, Batalha aponta que em meados da década de 1990, a partir da

¹⁹ THOMPSON, E. P. A Formação da classe operária inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²⁰ HOBBSAWM, Eric. Mundos do trabalho: Novos estudos sobre a história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

reanimação de movimentos operários da esquerda e da criação de grupos ligados à temática do trabalho, dá novos ares a produção da história operária, propondo novas tendências.²¹

Batalha, ainda contribui com o “Dicionário do movimento operário”²² que reúne uma coleção de verbetes contendo informações biográficas de militantes e históricos de organizações da cidade do Rio de Janeiro. Este dicionário tem uma contribuição especial para pesquisas sobre o movimento operário, pois, contém informações minuciosas como nome, sobrenome, cor, profissão, orientação e atuação política.

Outra obra de Claudio Batalha que nos confere grande contribuição é o artigo denominado “Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva”²³, pois, tal obra tem como foco revisar alguns dos paradigmas historiográficos da temática operária no contexto da formação da classe trabalhadora, questionando ideias que surgiram ao longo das produções a respeito da classe operária. Como exemplo, podemos destacar a ideia de que a composição da classe operária está vinculada à fábrica, ao imigrante e à figura masculina, e que muitas vezes tendem a desconsiderar as experiências que remetem ao convívio entre trabalho livre e escravidão, as variadas tendências ideológicas, as diferenças nos modos de atuação dos sindicatos e as diversificadas relações sociais que o período da Primeira República comporta. Se em seu artigo sobre a trajetória da produção bibliográfica sobre a classe operária Batalha aponta as correntes que trabalharam a temática, nessa obra o autor diseca algumas das principais ideias trabalhadas nessas produções.

Tendo uma leitura dos diversos períodos de produção da história operária, Batalha ainda contribui com uma obra fundamental para a temática²⁴, onde o autor busca sintetizar os avanços da pesquisa historiográfica com relação à diversidade das relações que pautam a história da classe operária. Identificando a origem dos operários, as diversas organizações e ideologias, bem como setores de produção.

As discussões realizadas por Batalha nesse curto livro trazem importantes informações sobre a composição operária na Primeira República, reunindo números que contribuem para a

²¹ BATALHA, op. cit, p. 154 – 158.

²² BATALHA, Claudio H.M. Dicionário do movimento operário – Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920. Rio de Janeiro: Perseu Abramo, 2009.

²³ BATALHA, Claudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Alves. O Brasil Republicano - O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁴ BATALHA, Claudio. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2000.

compreensão da situação salarial de diversos operários em várias regiões do Brasil, e como a questão regional, ligada à questão das atividades exercidas e a qualificação do trabalhador influenciavam diretamente no salário. Ainda contribui com a discussão a respeito da questão étnica, motivo de diferenciação e conflitos entre trabalhadores no período estudado. Apesar de elementos múltiplos que classificavam as condições da classe trabalhadora como desfavoráveis, o autor aponta que o período da Primeira República “permanece com um momento de extraordinária mobilização coletiva e de forte organização de classe”.²⁵

No que tange à organização operária, o autor diferencia os diversos tipos de organizações e sociedades operárias. Muitas das quais ainda absorviam características do momento anterior à experiência republicana, onde os sindicatos eram proibidos constitucionalmente e as organizações de trabalhadores ficavam por conta de associações mutualistas, que tinham por características a solidariedade e ajuda mútua entre seus componentes.²⁶ Com o advento republicano, o sindicato operário entra como uma forma de associação que compreendia as reivindicações gerais dos trabalhadores, como situação dos salários, jornada de trabalho, condições de exercer as funções, etc.

O autor também pontua as variadas correntes ideológicas e estratégias sindicais situadas no período. Dentre elas podemos citar o anarquismo, que desenvolvia a ideologia da negação do Estado e da “rejeição de qualquer forma de opressão sobre o indivíduo”²⁷, incluindo setores da sociedade como a Igreja e sua influência. Ainda podemos ressaltar a influência do positivismo que buscava atuar nos sindicatos por meios institucionais, e a corrente ligada à Igreja Católica que buscava a desestabilização da influência do sindicalismo revolucionário e da vertente anarquista. Se faz importante também a noção de sindicalismo reformista, que o autor identifica como principal concorrente junto ao sindicalismo revolucionário de base anarquista, que pejorativamente os designavam como “amarelos”. A noção de sindicalismo reformista confere mais à prática do que à ideologia. Suas motivações estavam ligadas a ganhos em negociações para o movimento e suas bases ainda possuíam características das associações mutualistas. Nesse ponto, o autor faz uma crítica ao conceito de “trabalhismo carioca” de Boris

²⁵ Ibid, p. 14.

²⁶ Ibid, p.15.

²⁷ Ibid, p.24

Fausto²⁸. Batalha identifica o termo como anacrônico pois, “trabalhismo” é um termo referente ao sindicalismo posterior à 1930, com ligações diretas ao Ministério do Trabalho.

O conceito de “trabalhismo carioca”, que será tratado a seguir, de Boris Fausto está presente em sua mais importante obra.²⁹ Tal obra tem como tema de abordagem a formação da classe operária de São Paulo e do Rio de Janeiro dos últimos anos do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX. Sua análise é feita a partir de duas proposições:

De um lado, a consideração do estudo da classe como parte integrante de uma história global do país, no pressuposto de que esta última incide sobre os próprios destinos da classe e que as contradições sociais envolvem sempre uma dupla relação, em dois sentidos; de outro lado, a consideração da classe como sujeito de sua história. (FAUSTO, 1977, p. 5)

Para analisar este processo de formação da classe operária a partir destes pressupostos, Fausto utiliza jornais diários e a imprensa operária, além de documentações oficiais como documentos parlamentares, anais da Assembleia Constituinte, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, bem como documentos ministeriais.

Boris Fausto trabalha com a ideia de que a formação da classe operária estaria ligada à questão do aumento de mão de obra referente à expansão da economia cafeeira, suas relações com o fim da escravidão e a inserção do trabalhador imigrante. Para esse autor o elemento do trabalhador imigrante representou uma importante característica na formação da classe operária. Trata-se da difusão ideológica de pressuposto revolucionário, caso dos anarquistas. No entanto, ainda que as atividades econômicas que sustentassem o país fossem relativas às relações de produção no meio rural, é no meio urbano que o autor identifica a composição do movimento operário brasileiro.

Dentro dessa composição do movimento operário, Fausto afirma que três correntes desempenharam grande influência entre os operários: o anarquismo, o socialismo e o “trabalhismo”. Em São Paulo, as correntes revolucionárias, principalmente o socialismo e o

²⁸ FAUSTO, Boris, Trabalho Urbano e Conflito Social. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

²⁹ Ibid.

anarquismo, tiveram maior influência. Na concepção do anarquismo era negado qualquer acordo e qualquer aliança com outra classe. Por outro lado, o socialismo buscava a atuação política, a partir do objetivo de formar um partido político e pressionar o Estado. No Rio de Janeiro, a corrente que mais se difundiu, foi o trabalhismo, que segundo o autor, consistia em:

[...] uma corrente limitada à defesa de reivindicações mínimas, pela via de colaboração de classes e da proteção do Estado, explica-se em grande medida por duas circunstâncias: pela maior presença de nacionais na composição da classe, mais receptivas a um tipo de política coadunava com as velhas relações tradicionais e paternalistas; pelo papel de alguma importância correspondente ao núcleo estatal de serviços, em especial na área da navegação e ferrovias. (FAUSTO, 1977, p. 52)

A questão dos trabalhadores em São Paulo estarem ligados aos ideais anarquistas por conta da imigração é presente no texto de Fausto. O autor acredita que essa relação dos imigrantes com a corrente anarquista promove uma zona de conflito maior do que no Rio de Janeiro. No caso carioca onde a maioria dos trabalhadores constituía os setores da indústria privada e o setor de serviços, o que caracterizou o movimento operário no Distrito Federal foi o reformismo que consistia nas negociações com as associações corporativas lutavam por direitos trabalhistas abdicando da mudança social e dos pragmatismos do operário revolucionário liderados pelos anarquistas.

Fausto compreende que, por estarem relacionadas essas atividades aos interesses públicos, as possibilidades de negociação desses trabalhadores eram ampliadas com base na relação operários e Estado. Na obra de Fausto é nítida a preocupação com a pesquisa, mas também se identifica uma resolução de modelos explicativos característicos do que o autor compreendia como a classe operária. Fragmentos de moldes mais uniformes e macros nos microcosmos da organizações sindicais, grupos diversos e do próprio movimento operário.

Outro trabalho de referência sobre o movimento operário na Primeira República é a tese de doutorado de Ângela de Castro Gomes.³⁰ A autora divide o livro em duas partes. Na primeira analisa a conjuntura na qual a classe operária carioca estava inserida, identificando atores intelectuais, políticos e ideológicos e o modo de operação dos trabalhadores ante a diversos

³⁰ GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Vertice, 1988.

vetores, bem como o papel do Estado. Suas fontes nesse primeiro estágio compreendem basicamente jornais e publicações operárias.

Seu foco inicial está no advento republicano e na influência do socialismo junto ao operariado da capital federal. Ângela Gomes caracteriza os primeiros anos da República no Brasil como “um momento de crise política que guarda uma característica fundamental dos episódios que inauguram novas experiências históricas: a instabilidade.”³¹. Por mais que na prática o governo republicano por muitas vezes reprimiu ou ignorou os problemas conjunturais, o debate sobre a coisa pública certamente foi ampliado. A constituinte foi bastante influenciada pelos ideais liberais. Aumentaram, a partir do advento republicano, a participação de diversos grupos sociais na esfera pública.

A nova realidade dava esperança a interesses diversos. A luta por um partido operário logo se tornou algo nítido para que a classe operária buscasse participação política na capital federal. A via era fatalmente a questão social do trabalho, as reivindicações pelas melhorias na qualidade de vida, o alcance das políticas pró trabalhador e mesmo as condições de trabalho ou capacidade de organização do trabalhador.

A partir da maior inserção dos trabalhadores no cenário político brasileiro, nos faz fundamental também lembrar do papel das ideologias com relação aos trabalhadores. Nesse caso, as ideologias também buscaram desempenhar um papel importante. Duas já pontuamos aqui: o anarquismo, que estava ligado à questão da ruptura e de uma negação do Estado, e o socialismo, que estava ligado ao reformismo e à questão corporativa.³² Seus periódicos e líderes estiveram participando e apoiando greves (que deveriam ter um conceito contestador e ordeiro), influenciando os sindicatos e como nos diz Ângela Gomes:

A estratégia a ser seguida era nitidamente centrada na reforma social, e não na revolução violenta. O operário devia ser político, mesmo reconhecendo que a república não fora geradora do processo da igualdade que eles esperavam. Por isso, era preciso ter representantes no parlamento, os quais, mesmo em minoria, trariam maior respeito e atenção para com os reclamos operários. (GOMES, 1988, p.71)

³¹ Ibid, p.35.

³² Ibid, p. 70 - 72.

A ideologia socialista, portanto, buscava, para além da questão ideológica, uma questão prática. Buscava uma solução para obter as reformas almejadas. Isso significava a criação de partidos e uma incursão ideológica nas entidades de classe. O reformismo parece se adequar melhor às causas operárias.

Se as concepções de negação do Estado, presentes na corrente anarquista, eram desencorajadas por outros segmentos – principalmente pela Igreja católica, por outro lado, o reformismo com base no socialismo se apresentava como uma opção viável para diversas categorias de trabalhadores.³³

O advento da fundação do Partido Comunista em 1922 dá corda à disputa. Nesse momento, as tentativas de um partido operário que tivesse um alcance nacional e mais homogêneo para fins de representação ganham outros aspectos. No que tange à questão doutrinária, os comunistas, a partir da década de 1920, conseguiram aproveitar as derrotas de longo prazo dos anarquistas, que reprimidos ou enfraquecidos pelas próprias derrotas cotidianas, não conseguiram uma aproximação junto ao operariado para a constituição de uma sólida base. O PCB, ainda que muito mais ilusória que concretamente, esteve mais próximo de uma contribuição política-institucional e merece uma leitura mais aprimorada nessa época. Entretanto, as estratégias dos trabalhadores junto ao governo republicano e dialética dessa relação parecia de fato se alargar. Nesse sentido, as entidades que buscavam uma identidade operária macro também desempenharam um papel importante, pois nelas podemos identificar os debates e o acirramento das disputas pelo doutrinamento ideológico e prático do operariado brasileiro até os anos 30, onde as novas dinâmicas dariam um novo caráter ao jogo.³⁴

Uma obra fundamental para a temática ainda na década de 1980 é o estudo feito por Francisco Foot e Victor Leonardi³⁵. “História da indústria e do trabalho no Brasil”, faz um apanhado sintético da situação do trabalho e dos trabalhadores até os anos de 1920, com intuito de perceber como se formou a classe trabalhadora brasileira. Essa obra é um clássico, ao lado das obras de Gomes e Fausto e contribui para uma percepção mais macro de diversas questões do trabalho no Brasil. Sua importância está em uma metodologia que recua na cronologia afim de desvendar elementos do trabalho fabril vinculados à questão da classe trabalhadora no Brasil,

³³ Ibid, p. 85 – 102.

³⁴ Ibid, p. 138 – 168.

³⁵ FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil (Das origens aos anos 1920). São Paulo: Global, 1982.

fazendo da industrialização – desde o império – uma questão central nesse trabalho. Podemos identificar ainda no referida análise características de modelos explicativos, como por exemplo, um estudo detalhado da questão imigrante, da influência anarquista ou mesmo das questões das associações operárias e seus desenlaces em seus congressos de maior repercussão na primeira década do século XX. Inovações na metodologia empregada e na abordagem são um ponto alto dessa obra. A utilização da imprensa operária como fonte neste trabalho de Foot e Leonardi, até mesmo para retratar as agremiações recreativas dos trabalhadores, também pode ser considerada uma inovação, pois os autores utilizaram tais fontes e abordagens antes ainda da obra de Sidney Chalhoub.³⁶

São fundamentais as suas contribuições e os debates contidos nas obras até aqui citadas. A seguir, serão discutidas as contribuições da literatura acadêmica sobre a experiência dos trabalhadores portuários. Essa, que explicitaremos a seguir é uma bibliografia fundamental para a questão temática específica desse trabalho que é a participação dos operários estivadores no processo de formação da classe operária e do papel de sua entidade de classe, a União dos Operários Estivadores desde seus fundamentos, passando por sua formação e por seus percalços durante toda a primeira década do século XX.

Historiografia “do porto”: olhares sobre a “praia”.

Os estivadores chamam o porto, seu ambiente de trabalho, de “praia”. É um apelido carinhoso para se referir àquele espaço. “Praia” é, além de uma denominação geológica, que compreende uma costa de água (mar, rio, lago), para a maioria das pessoas, um ambiente de lazer. Para os estivadores, a “praia” é também o lugar de desempenhar seu ofício.

A bibliografia que discute a questão dos portuários não é tão vasta, quando comparada à relativa ao movimento operário na Primeira República. Em meio aos estudos produzidos

³⁶ CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

destaca-se o de Maria Cecília Velasco e Cruz. Em sua tese de doutoramento³⁷, defendida em 1998 na Universidade de São Paulo, além de levantar uma bibliografia anterior à sua tese que já discute o trabalho no porto, a autora traz elementos fundamentais que aproveitam muito do debate desenvolvido pelos autores anteriormente citados. Velasco e Cruz, está muito mais próxima de Ângela Gomes que de Boris Fausto, já que a autora faz uma crítica relevante à este último. Tal crítica consiste no que a autora aponta como uma generalização das hipóteses, na ênfase às questões ideológicas e na análise a partir de modelos explicativos que reduziriam as complexidades da vida e do movimento operário.³⁸ Para Velasco e Cruz as origens dos problemas na análise de Fausto está na metodologia desse autor, na ausência da articulação dos conflitos e no pouco aprofundamento empírico.

A autora toma como linha de análise as pluralidades do período da Primeira República e a heterogeneidade na qual identifica a categoria de trabalhadores portuários no Rio de Janeiro, fazendo-a questionar as questões colocadas por Fausto, como por exemplo, a visão – considerada pela autora – dicotômica entre trabalhismo e sindicalismo revolucionário (presente na figura dos anarquistas), ou seja, “entre a cooptação e a negação total do sistema”.³⁹

O trabalho de Velasco e Cruz prioriza a dinâmica de trabalho e convívio social dessa categoria de trabalhadores. Nesse sentido, defende uma menor influência dos anarquistas nos principais sindicatos no Rio de Janeiro até 1917, além de uma análise que propõe um olhar mais aprofundado com relação ao sindicalismo reformista. Tem como objeto o trabalhador portuário, do qual a autora busca ressaltar a importância das suas estratégias, tendo em vista a influência do sindicalismo reformista na maior conquista desses operários: o monopólio do processo de trabalho e da gestão da mão de obra no porto, denominado *closed-shop*. Questionando assim, modelos explicativos que tendiam a preterir a importância do sindicalismo reformista para destacar a participação anarquista.

Tomando como base teórica os escritos de Thompson⁴⁰ e Hobsbawm⁴¹ e apoiada em fontes como entrevistas, imprensa diária, e fontes oficiais como boletins da Alfândega do Rio de Janeiro, as coleções de leis do Brasil e documentos ministeriais, Velasco e Cruz fornece

³⁷ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Virando o Jogo: Estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República (1998). Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.

³⁸ Ibid, p. 23 -24.

³⁹ Ibid, p. 25.

⁴⁰ THOMPSON, op. cit.

⁴¹ HOBBSAWM, op. cit.

informações importantes acerca da participação e das reivindicações propostas pelos trabalhadores portuários, dentre elas as melhorias nas condições de trabalho e a busca pela regulamentação da contratação de trabalho e do oferecimento da mão de obra, elemento fundamental para os sindicatos de trabalhadores portuários.⁴²

Se Velasco e Cruz e sua obra são centrais para a nossa temática, no recorte que escolhemos, Fernando Teixeira da Silva é quem pode nos contribuir mais a respeito da cultura operária desenvolvida através do trabalho no porto.⁴³ Como o autor não faz nenhuma definição do conceito de cultura operária, entendemos que ele se utiliza da noção apontada na apresentação de seu livro com Claudio Batalha e Alexandre Fortes, que compreende essa cultura operária como “características culturais peculiares”⁴⁴ assumidas pela classe trabalhadora em diferentes contextos históricos. Seus trabalhos sobre o porto de Santos se comunicam com os outros trabalhos supracitados e dialoga diretamente com marxismo inglês das obras de Thompson e Hobsbawm.

Duas obras completas desse autor, apesar de trabalhar com o período pós-30 compõem nossa bibliografia por sua interessante análise. O primeiro livro, publicado em 1995⁴⁵ demonstra sua importância para esse trabalho por sua preocupação em discutir a cultura de solidariedade entre os trabalhadores portuários. Essa cultura de solidariedade é entendida por Teixeira da Silva como um modelo de cooperação simples entre trabalhadores, no caso dos portuários, influenciada pela organização do trabalho em turmas, a ausência de um patrão fixo, moradias próximas ao trabalho, e as experiências partilhadas entre esses trabalhadores.⁴⁶ Nesta obra, o autor utiliza documentos ministeriais e oficiais da Câmara dos Deputados; documentos referentes à Cia. Docas de Santos; publicações operárias; dados estatísticos referentes aos portos no Brasil e imprensa diária, e a partir dessas fontes propõe, o que entendemos como sua principal contribuição, o rompimento com modelos explicativos que generalizam a experiência operária, tomando como objeto de estudo os trabalhadores doqueiros da cidade de Santos e os diversos condicionantes que constituem as pluralidades acerca destes trabalhadores, dentre as

⁴² CRUZ, op. cit.

⁴³ O artigo *Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos*. In: BATALHA, Claudio H.M.; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando T. *Culturas de classe*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005. E os livros *A carga e a culpa*. Santos, SP: Editora HUCITEC, 1995. e *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

⁴⁴ BATALHA; FORTES; SILVA. op. cit., p. 11.

⁴⁵ SILVA, Fernando T. *A carga e a culpa*. Santos, SP: Editora HUCITEC, 1995.

⁴⁶ *Ibid*, p. 11.

quais podemos citar a busca por melhorias nas condições de trabalho e a autonomia para o alcance de suas reivindicações. Perpassam por esta obra a revisão de atribuições clássicas nas leituras desses trabalhadores, como a questão corporativa e a relação muito próxima com o Estado, que caracterizaria muito das visões universalizantes sobre os doqueiros.⁴⁷ Teixeira da Silva busca desmontar esses argumentos universalizantes apontando que a Cia. Docas de Santos não era uma empresa estatal e sim privada, além de contextualizar as influências políticas dos trabalhadores portuários de Santos dos anos de 1930 a 1960, como por exemplo, a influência do Partido Comunista no sindicato dos portuários de Santos.

Nesse sentido, o autor parece também se distanciar de Boris Fausto, quando busca refutar modelos explicativos para compreender as diversidades presentes nessa categoria.

A segunda obra de Teixeira da Silva, publicada em 2003⁴⁸ que trataremos refere-se aos trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras, e tem um peso importante ao resgatar e discutir elementos que haveriam por caracterizar polemicamente o trabalhador portuário. Anteriormente a essa obra de Teixeira da Silva, Velasco e Cruz já havia apontado a necessidade de reavaliar a discussão tradicional que colocava o movimento operário em uma disputa dicotômica entre reformistas e libertários.⁴⁹ Fernando Teixeira da Silva se aprofunda nesse debate, compreendendo que nem sempre as tendências tradicionais que consistiam nos postulados ideológicos corresponderam à atuação e à luta do trabalhador portuário de Santos.

Se apoiando em vasta documentação como atas sindicais; ofícios da Cia. Docas, entrevistas, dados estatísticos e informes ministeriais, além da imprensa operária e diária, o autor aponta as lutas dos operários contra o monopólio da exploração dos serviços no porto por parte da Cia. Docas, que controlava além dos diversos setores referentes à armazenamento, carga e descarga de navios, também o sistema de organização e contratação do trabalho, o *closed-shop*, luta central para as organizações operárias desses trabalhadores.⁵⁰

Fazendo uma síntese desse trabalho e limitando seu objetivo a analisar a cultura do trabalho a partir da perspectiva da valentia na estiva de Santos, o artigo de Fernando Teixeira

⁴⁷ Ibid.

⁴⁸ SILVA, Fernando T. Operários sem patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos do entreguerras. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

⁴⁹ CRUZ, op. cit., p. 24 – 30.

⁵⁰ SILVA, Fernando T. Operários sem patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos do entreguerras. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p. 263 -264.

da Silva⁵¹ que faz parte da coletânea de artigos *Cultura de Classes* é fundamental para o debate aqui colocado, pois pontua uma produção internacional vasta que discorre acerca da cultura operária que se desenvolve no porto, de uma maneira geral. Tal contribuição é inegável, pois se coloca como uma ferramenta auxiliar para quem pesquisa o porto. Entretanto, mais do que sintetizar a produção acadêmica que tem como temática o porto, o autor se preocupa em desenvolver sua análise a partir de uma perspectiva da qual o trabalhador portuário, em suas diferentes ações, estava intimamente ligado a natureza de seu ofício, compreendendo, portanto, que seus conflitos e apaziguações internas, estão ligados as suas experiências de trabalho.⁵²

Insera-se por fim ao debate, Erika Bastos Arantes. Sua dissertação de mestrado defendida em 2005 na Universidade Estadual de Campinas⁵³ dispõe da mesma temática das obras aqui citadas. Sua questão, porém, difere-se um pouco a medida que traz o elemento referente à tradições negras na formação da cultura de trabalho no porto do Rio de Janeiro. Seu recorte recua no tempo, para identificar as relações entre trabalhadores negros e brancos, bem como entre trabalhadores livres e escravizados. A autora não é a única em trabalhar a noção étnica das situações.⁵⁴ Entretanto, seu trabalho se faz importante, a partir das fontes discute um panorama que pode representar os novos desafios acerca de se escrever sobre a história do trabalho no Brasil. Tais fontes compreendem os arquivos de registros da Casa de Detenção do Rio de Janeiro e processos criminais que relacionados pautam a análise da autora sobre a natureza dos conflitos entre os trabalhadores portuários do Rio de Janeiro; os livros de registro das organizações sindicais dos portuários contendo informações da composição étnica, de cor e nacionalidade desses operários e a imprensa diária, que contribui com informações a respeito do cotidiano desses trabalhadores.⁵⁵

A partir da recente historiografia do porto comentada acima, podemos entender que entre as questões que pontuam esses trabalhos, destacam-se as superações das leituras

⁵¹ SILVA, Fernando T. *Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos*. In: BATALHA, Claudio H.M.; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando T. *Culturas de classe*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005

⁵² Idem, p. 205 – 208.

⁵³ ARANTES, Erika Bastos. *O porto negro: cultura e trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do séc. XX*. Dissertação de mestrado, UNICAMP. Campinas, 2005.

⁵⁴ Velasco e Cruz, também trabalha com tal questão no artigo *Tradições negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905 – 1930*. *Revista Afro-Ásia*, n. 24, 2000.

⁵⁵ ARANTES, Erika Bastos. op. cit.

tradicionais do movimento operário, bem como um estudo mais específico com relação às experiências dos trabalhadores portuários. Perpassam questões como suas organizações, seus conflitos e particularidades, a partir de uma leitura de seu cotidiano e de como suas experiências influenciam na ação e nas lutas reivindicatórias. Dentre essas lutas, fica evidente a preocupação com o direito de organizar e articular o oferecimento de sua força de trabalho. Tais experiências são fundamentais para a composição das organizações que representam os trabalhadores portuários.

O debate acerca da temática geral e específica do trabalho é intenso e nossa esperança é poder contribuir com o mesmo debate, lançando novas reflexões sobre as produções e produzindo novos elementos a fim de compor mais questões e análises.

Capítulo 2

A União, o porto e os estivadores na primeira década do século XX

O porto: as relações de produção na “praia”

As atividades no porto são de suma importância para o Brasil na Primeira República. Se considerarmos que a característica maior da economia do país se dava nas atividades agroexportadoras, o porto ganha *status* como um espaço de trabalho fundamental. Em contrapartida o porto é um espaço complexo que compreende uma divisão física e de trabalho diversificada. Embora, esse espaço ainda não tivesse a montagem de maquinário e armazéns de hoje. Sobre a situação geográfica e física do espaço de trabalho do porto podemos utilizar a leitura de Maria Cecília Velasco e Cruz, pois, a autora dá uma definição do porto como um ambiente de trabalho e de atividades econômicas. Um conjunto de aparato físico, que tem por principal objetivo a circulação, o armazenamento, o embarque e o desembarque de mercadorias.⁵⁶ A autora ainda faz um esforço para nos elucidar melhor a respeito da composição física e das atividades do porto. Nessa passagem, Velasco e Cruz nos dá um panorama bem claro do que seria essa dinâmica portuária:

Exatamente porque o porto é um complexo “fronteiras fluídas”,⁵⁷ dizendo de outro modo, exatamente porque ele é um sistema de funções múltiplas e específicas, interligadas por uma racionalidade externa a realização de cada serviço ou função – o fluxo, a circulação de mercadorias – o porto constitui uma estrutura cujos elementos podem ser combinados, integrados ou dissociados de diferentes maneiras, o que permite a cristalização de perfis institucionais relativamente diversos e distintos. Ou seja, e para ser mais clara, o que desejo sublinhar é que não existe, embutida nos sistemas portuários, nenhuma lógica necessária a determinar esta ou aquela forma de organização. Embora seja possível afirmar que quanto mais se recua no tempo, maior é a probabilidade da existência de um complexo desintegrado e fisicamente disperso,

⁵⁶ CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Virando o Jogo: Estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República (1998). Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, p. 33.

⁵⁷ A autora revela que essa expressão é usada por Eric Hobsbawm no artigo “*National Unions on the Waterside*” In: *Labouring Men. Studies in the History of Labour*. Londres, Weidenfel and Nicolson, 1979.

e embora seja verdade que, em várias regiões e países, sistemas portuários mais integrados e concentrados começam a surgir já no início do século XIX, é preciso ter em mente que este processo de concentração e integração não foi, pelo menos até o entreguerras, nem necessário, nem linear, nem universal, e que inúmeros portos permaneceram por longo tempo submetidos a arranjos institucionais muito semelhantes aos da época em que nasceram. (VELASCO E CRUZ, 1998, p.31-32)

A importância da autora nos revelar essas informações a respeito da configuração do porto nos faz refletir acerca da influência de tal configuração nas relações de produção. Se docas, armazéns e outros espaços desse porto constituem uma espécie de conjunto, ou seja, se estão integrados pelo mesmo sistema de exploração, as relações de produção nutrem um determinado sentido. Sentido esse que compreende sem dúvida menos elementos de complexidade nas relações de produção. Em contrapartida, na medida que a exploração desses espaços são variadas, composta por diferentes setores e companhias, as relações de produção se complexificam. Tendo em vista que a divisão do trabalho será maior e não compreenderá a mesma lógica, a exploração dos meios será diversificada e comportará uma quantidade maior de exploradores.⁵⁸

Partimos do pressuposto que a coordenação entre os provedores de serviço no porto, sejam quaisquer serviços, tem por princípio a harmonia entre eles. Logo, um conjunto descoordenado desses serviços levaria a uma situação de conflito entre os diferentes setores. Essa não é uma verdade absoluta. Podemos, por exemplo, pensar na dinâmica. A mercadoria, para quem a vende, precisa estar em circulação, precisa estar no destino, é assim que se gera a renda da exportação para o exportador. Em contrapartida, nos armazéns, o lucro é obtido a partir das taxações e dos tributos em cima do armazenamento dessa mercadoria. Nesse entremeio, o Estado pode desempenhar um papel importante.⁵⁹ Por consequência, o que temos no porto é uma dinâmica própria, na qual a coordenação dos serviços é baseada nos conflitos de interesse, o que gera uma influência fortíssima na contratação do trabalho. Não é difícil pensar que nos períodos de escoamento da produção agrícola, principalmente o café, os trabalhos aumentavam,

⁵⁸ CRUZ, op. cit, p. 33-35.

⁵⁹ Ibid.

passado esse período uma estabilidade certamente era obtida.⁶⁰ O que dava um ar sazonal a mão-de-obra estivadora.

Isso somente considerando as relações de produção. Se formos além e considerarmos as condições de trabalho, essa realidade se torna ainda mais complexa. No caso brasileiro, a industrialização ainda constituía passos muito pequenos.⁶¹ Portanto, o negócio agroexportador era o carro chefe da economia no período, principalmente a atividade cafeeira. Logo, o porto do Rio desempenhava uma função importantíssima. Dois quadros podem nos dar uma noção clara dessa situação no século XIX, e podem contribuir também para compreender a importância do porto da capital federal para esse setor econômico.

Quadro 1

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ: 1872 -1909

(Safras anuais – de Julho à Junho – Sacas de 60 kg)

Anos	Rio	Santos
1872 – 1875	8.313.122	1.936.585
1875 – 1880	14.990.278	4.635.150
1880 – 1885	20.369.669	8.660.805
1885 – 1890	15.590.279	10.032.820
1890 – 1895	14.304.539	15.765.683
1895 – 1900	16.501.088	25.429.502
1900 – 1905	18.961.047	39.808.126
1905 – 1909	13.989.954	39.051.406

Fonte: The Brazilian Year Book, issued under the patronage of the Brazilian Government, Compile and edited by J.P. Wileman. Rio de Janeiro, The Offices of the Brazilian Year Book, 1909:633.

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil (Das origens aos anos 1920). São Paulo: Global, 1982.

Quadro 2

MOVIMENTO MARÍTIMO DE ALGUNS PORTOS BRASILEIROS

(Número de navios entrados – N e Tonelagem – T)

Ano		Rio	Salvador	Recife	Santos
1841-42	N	2.697	980	448	190
	T	379.383	135.647	56.526	19.209
1842-43	N	2.917	946	367	193
	T	407.383	139.460	67.099	19.149
1846-47	N	3.300	1.123	526	202
	T	471.533	148.431	81.664	23.526
1847-48	N	3.481	1.173	563	212
	T	527.471	175.555	86.888	25.211
1848-49	N	3.691	1.191	673	221
	T	650.719	221.722	105.828	26.598
1904	N	2.202	799	961	984
	T	2.828.617	1.410.206	1.211.038	1.511.296
1905	N	2.199	812	929	1.087
	T	3.104.496	1.410.206	1.284.627	1.694.641
1906	N	2.386	877	853	1.209
	T	3.443.004	1.548.769	1.327.029	2.120.781
1907	N	2.454	976	854	1.359
	T	3.948.731	1.911.056	1.509.832	2.708.040
1908	N	2.602	1.050	881	1.452
	T	4.739.608	2.258.930	1.608.186	3.062.041

Fonte: Coleção dos Mapas Estatísticos do Commercio e Navegação do Imperio do Brasil Exercido por meio d'importação, exportação e baldeação, sob a inspeção e fiscalização das Alfândegas e Mesas de Consulado nos Annos financeiros de 1841-42, 1842-43, 1846-47, 1847-48 e 1848-49. The Brazilian Year Book (compiled and edited by J.P. Wileman, under the patronage of the Braziliann Government), 1909.

O trabalho e o estivador no porto

A questão do trabalho no porto intensifica-se a partir das informações que discutimos acima. Essa é uma realidade com a qual os trabalhadores do porto aparentemente convivem na busca do trabalho. Nesse sentido, avaliaremos como se dá o sistema de contratação da mão-de-obra dos estivadores e o seu exercício e função. Essa questão será de suma importância para as lutas que impulsionam esses operários.

Segundo Velasco e Cruz, o sistema de contratação da mão-de-obra dos trabalhadores portuários se organizava no que se chamava de “parede”, os candidatos esperavam por um sorteio realizado pelos encarregados das firmas de contratação. Esse sorteio não dava maiores garantias, apenas garantia que um determinado número de homens, o suficiente para a realização do serviço, fossem escolhidos – as chamadas “turmas”. Dado os nomes, os estivadores exerciam o ofício de descarregar ou carregar os navios sob períodos que variavam entre dia, noite, meio dia e meia noite, podendo ainda receber pela quantidade de carga com que trabalharam, sem um controle específico da força de trabalho.⁶²

Essa questão se faz tão pontual aos trabalhadores, pois caracteriza a venda da força de trabalho dos estivadores, baseada numa competição diária pelo serviço.⁶³ Essa situação, inclusive, está diretamente ligada à necessidade de uma proximidade entre o trabalhador e o porto. Alguma eventualidade poderia reabrir vagas de trabalho, por isso o estivador no período da Primeira República não poderia se dar ao luxo de desistir da competição. Quando não brigava⁶⁴ fisicamente pelo trabalho, não poderia se afastar do local, para tentar garantir a vaga em caso de uma possível desistência.

As condições de vida eram degradantes, como nos aponta esse relato divulgado no Jornal Gazeta da Tarde do dia 21 de Setembro de 1901, na coluna policial desse periódico assinada por um Lord Sier:

⁶² CRUZ, op. cit, p. 44-45.

⁶³ Ibid, p. 46.

⁶⁴ Ibid.

Prefiro falar da tentativa de assassinato de que me deu a “Notícia” do dia 16, drama que teve por palco o prédio nº 70 da rua Camerino⁶⁵, sem as necessárias condições higienicas; nas que é habitado por 8 indivíduos, quasi todos estivadores, carregadores... e mendigos

Pela descrição que eu li, aquilo não é uma habitação própria para gente, é uma pocilga, um antro que está pedindo as vistas da hygiene pública e de uma polícia que saiba cumprir os seus deveres. (Gazeta da Tarde, 1921)

O fragmento nos revela uma importante pista sobre as condições de vida desses trabalhadores. As moradias onde a maioria dos habitantes eram estivadores e carregadores, também eram habitações de mendigos e pedintes, aproximando e jogando esses trabalhadores na escala da marginalidade, tanto geográfica (pois a necessidade da disputa do trabalho e seus proventos só podiam os colocar na condição de uma moradia próxima, porém, precária), quanto socialmente. A continuação do relato é ainda mais revelador. A tentativa de assassinato a que o início do artigo se refere é uma briga entre dois homens que residiam no endereço, “Julio Pereira de Souza, ex-praça do exército e que pelo seu precário estado de saúde vive da mendicidade” e “José Adolfo Santos, nacional, de 30 annos estivador”.⁶⁶ A briga, segundo o relato havia sido por uma lata de comida roubada pelo ex soldado do estivador. O autor do artigo claramente se compadece do soldado que para ele “talvez durante anos prompto a defender com o próprio sangue o seu paíz”⁶⁷ em detrimento do estivador, um homem que parecia ser “o possante, o forte, o hercúleo que jurará fazer ao pobre soldado o mesmo que ele fizera à lata”.

O estivador aqui é representado por José Adolfo Santos, um homem forte que entendeu o roubo de sua lata de comida como um atentado a sua pessoa. Além da condição de moradia precária dos trabalhadores portuários que residiam nas proximidades do porto por conta de disputa diárias pela contratação de seus serviços, podemos notar aqui um outro indicativo, a questão da valentia, que nos parece ser essencial para compreender um pouco das relações

⁶⁵ Essa é uma rua que se mantém nos dias de hoje na zona portuária e ainda possui características arquitetônicas de períodos como o da Primeira República.

⁶⁶ Gazeta da tarde, 21 de Setembro de 1901

⁶⁷ Gazeta da tarde, 21 de setembro de 1901

sociais que envolviam esses trabalhadores e que também faziam parte de sua relação com o trabalho. Para avançar nesse raciocínio é essencial que entendamos a questão da valentia por parte do trabalhador portuário. Essa é uma questão que muitas vezes faz parte da composição social desse trabalhador e o auxilia nessa disputa diária na contratação da mão-de-obra, dentre outras situações.

Dono de uma contribuição bibliográfica extremamente significativa da temática, Fernando Teixeira da Silva é certamente a maior contribuição no que tange à questão da valentia e da masculinidade como cultura do trabalhador estivador. Em artigo publicado em 2005⁶⁸, o autor pontua muito bem a significância dessa questão, afirmando que os “portuários definem, em parte, sua própria identidade a partir de um senso arraigado de masculinidade em que a coragem é um valor moral definidor dos relacionamentos sociais”.⁶⁹ Segundo esse autor é comum a autodenominação de “guerreiros do cais”,⁷⁰ pois, os trabalhadores estivadores se colocam numa guerra diária, onde o mais forte, másculo, musculoso é o tende a fazer parte desse grupo de guerreiros.

Poderia ser somente uma briga de vizinhos pobres, onde a comida se faz a discórdia por conta da miséria que se vive. Mas a matéria, tendenciosamente, implica que o ganha pão do estivador pode ser mais garantido por seu potencial físico, já que o ex-soldado estava enfermo.⁷¹ Entretanto, podemos perfeitamente supor que a reação exacerbada do estivador estava diretamente ligada a uma cultura comum de valentia e da manutenção física da reputação. A vingança de José Adolfo Santos contra o ex soldado que agora mendigava é uma característica dessa valentia. A força empregada na represália, é um claro indicativo: não se mexe com esse homem que é um guerreiro do seu dia-a-dia ou pode ter o mesmo destino que o ex soldado do qual o artigo noticia: ser arremessado pela escada.⁷²

Teixeira da Silva ainda contribui com mais em seu texto:

⁶⁸ SILVA, Fernando T. *Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos*. In: BATALHA, Claudio H.M.; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando T. *Culturas de classe*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005.

⁶⁹ *Ibid*, p. 209.

⁷⁰ *Ibid*.

⁷¹ *Gazeta da tarde*, 21 de Setembro de 1901.

⁷² *Gazeta da Tarde*, 21 de Setembro de 1901.

A força hercúlea ata, assim, virilidade e dignidade, contrapondo aos diversos estigmas que imputam aos portuários a identidade de homens brutos, criaturas ferozes e representados, em regra, por seu “excessivo desenvolvimento muscular”, na expressão de João do Rio. A virilidade adquire sinal positivo também quando se quer ressaltar a relação entre força e heroísmo militante diante da repressão policial, tal como os portuários de Santos foram representados pela pena romântica de Jorge Amado. (TEIXEIRA DA SILVA, p.210)

A valentia e a violência na citação, servem como instrumento de trabalho e fator moralizante desse trabalhador estivador. Essa é uma cultura comum a uma categoria que usa a força – literalmente – de trabalho para se impor enquanto indivíduos, é uma questão de repercussão da reputação ante ao outro.⁷³ Podemos ainda recuperar um outro relato divulgado pelo jornal Gazeta de Notícias do dia 25 de maio de 1902. Esse artigo relaciona diretamente a questão do trabalho à questão da valentia. Um homem, que havia sido dispensado do trabalho por motivos obscuros, pede para reingressar à um navio que descarregava em um trapiche na prainha. O encarregado da divisão do trabalho se nega, dizendo que sem ordem superior não poderia aceitar de volta o estivador. Como represália, segundo a notícia, o homem que buscava o trabalho se arma de um pedaço de pau, racha o crânio do encarregado e foge.⁷⁴ Como nos mostra Teixeira da Silva, há também uma cultura de insubordinação baseada na violência e na ostentação do físico ante aos contramestres e outros responsáveis pelo serviço da estiva.⁷⁵ Esse é um dos casos onde a questão da valentia nos parece estar ligada a questão do trabalho e à essa competição e insubordinação que estão inseridas ao contexto. A notícia chama a atenção a outro tópico que podemos notar. As impressões acima somadas às incertezas das demandas diárias do trabalho, aprofundam tanto conflitos como laços. Não é difícil imaginar que, à medida que se cria uma confiança em um colega, que o trabalho une, ou em um escolhido leal e considerado bom de trabalho, os laços se estreitem. Na mesma proporção em que a desconfiança gera a repulsa (como no caso noticiado), a confiança gera laços. Como nos bem aponta Velasco e Cruz.⁷⁶

⁷³ SILVA, op. cit, p. 209-211.

⁷⁴ Gazeta de Notícias, 24 de maio de 1902.

⁷⁵ SILVA, op. cit, p. 216.

⁷⁶ CRUZ, Maria Cecilia Velasco e. Tradições Negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. Revista Afro-Ásia, n. 24, 2000.

Vimos acima algumas das questões importantes que pautavam o trabalho desempenhado pelos trabalhadores estivadores, um pouco do seu cotidiano e dos *modus operandi* na contratação da mão de obra desses trabalhadores. Lemos um pouco das questões que complexificam as relações de produção no porto e apontamos uma questão fundamental para o cotidiano desses trabalhadores, a questão da valentia, da qual muitos desses homens se utilizavam para conviver com a competição diária do mercado de trabalho. Em linhas gerais, o serviço no cais era duro, a remuneração poderia ser baixa, mas a disputa pelo trabalho era árdua. O cotidiano desses trabalhadores era muitas vezes em condições insalubres e o sistema de contratação da mão-de-obra sem absolutamente nenhuma garantia, tornava ainda mais difícil e competitivo a luta por um trabalho que garantisse o ganha pão. Nesse universo complexo, haviam muitos motivos pelos quais os estivadores pudessem lutar. E vimos anteriormente que não havia período melhor que as primeiras décadas do século XX para tentar alguma mudança. É nesse gancho que desenvolveremos um pouco melhor os antecedentes da criação da União dos Operários Estivadores e apontaremos diversas questões que circundam essa associação no ponto de vista social

Antecedentes da União e a greve de 1903

É a partir das condições dispostas acima que os primeiros anos do século XX se colocam para uma gama de trabalhadores portuários. Ao redor do mundo, os trabalhadores estivadores entravam de greve⁷⁷ e por aqui o ano de 1903 foi crucial para a categoria de trabalhadores estivadores. Essa primeira década fundamentou diversos anseios da categoria, de modo que é importante frisarmos os antecedentes da fundação da União dos Operários Estivadores.

⁷⁷ Todos os jornais pesquisados por nós em edições referentes ao tema tinham anúncios de chamadas de greve internacionais em portos de cidades como Buenos Aires, Marselha etc. Coube aqui fazermos essa rápida citação, pois não investigamos em que medidas as greves internacionais influenciavam por aqui. Entretanto, é importante dizer que uma situação entre os trabalhadores argentinos e brasileiros nos chamara atenção e ganhará destaque nesse trabalho.

Nesse contexto, precisamos chamar a atenção para o que alguns historiadores chamam de “greve geral de 1903”. A “greve geral de 1903” consistiu uma série de paralisações de diversas categorias que a partir da greve dos tecelões, sentiram como oportuno o momento para busca de direitos e de diversas reivindicações.⁷⁸ Nesse contexto, o ano de 1903 representou muito a luta dos operários estivadores. As reivindicações, quase sempre estavam interligadas a questão da organização e de regulamentação em torno do trabalho⁷⁹, mas as greves desempenharam um fator importante: elas demonstraram uma necessidade de representação organizacional da categoria, mesmo que os estivadores tivessem participado da greve sem possuir uma entidade representativa. As greves de 1903 fundamentaram a fundação da União dos Operários Estivadores. Das diversas greves da primeira década da república, sei foram promovidas por trabalhadores portuários, no ano de 1903, a porcentagem entre as greves puxadas por essa categoria é de 66,66%.⁸⁰ A última greve da primeira década do século XX é puxada em 1906, saindo como proposta da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores de Trapiches e Café, três anos depois da fundação da União dos Operários Estivadores.

As colunas destinadas aos operários no jornal, davam uma noção dos acontecimentos. Às portas da fundação da União, se buscarmos no Agosto de 1903, encontramos bons indícios do que estamos falando. Se procurarmos na coluna “Movimento Operário” da Gazeta de Notícias do dia 28 de Agosto de 1903, encontramos um conjunto de notícias sob o subtítulo de “A Greve”, o que nos faz interpretar ainda melhor as motivações de Goldmacher para interpretar as convulsões entre os trabalhadores no ano de 1903. Ao final da greve dos tecelões, foi a vez dos estivadores entrarem em greve. Segundo essa autora, a greve teve uma preocupação e uma resposta rápida por parte das autoridades, principalmente no que desrespeito a negociação pelo atendimento de algumas das necessidades desses trabalhadores. A notícia a seguir retrata o panorama da greve dos estivadores:

Hontem o movimento grevista limitado aos estivadores que ainda não se apresentaram ao trabalho.

⁷⁸ GOLDMACHER, Marcela. (2009). A “Greve Geral” de 1903 – Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense.

⁷⁹ GOLDMACHER, Marcela. Movimento operário: aspirações e lutas. Rio de Janeiro (1890-1906). In: MATTOS, Marcelo Badaró (coord). Trabalhadores em greve, polícia em guarda. Greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

⁸⁰ Ibid.

A greve de outras classes operárias pode-se dar como terminada, devendo ser iniciada agora a regularização de condições de serviço, trabalho esse de que tomou o encargo o Dr. Cardoso de Castro, pela escolha das mesmas classes operárias.

As fabricas de tecidos já funcionam com toda a regularidade, assim como as de chapéos, com a reabertura da única que se achava fechada, a do Largo dos Leões.

Os alfaiates e os pintores entraram no accordo das 10 horas de trabalho, isto é, das 7 às 6, com uma hora para almoço.

Quanto aos salários está sendo elaborada uma tabella geral. (Gazeta de Notícias, 28 de Agosto de 1903.)

A permanência dos estivadores na greve gerou uma presença constante da polícia nos locais de trabalho dos mesmo, como a notícia aponta⁸¹ em sua integridade, muito provavelmente para que o movimento não tivesse mais aderentes. No dia 27 de agosto, a esperança expressa na coluna “Movimento Operário” do jornal Gazeta de Notícias, era de que o chefe de polícia conseguisse interceder para conseguir a “terminação da greve de estivadores como conseguiu a dos operários das fábricas”.⁸² A Gazeta ainda noticiou no dia 29 a continuação da greve e a tensão nos trapiches⁸³. A força policial se fazia presente nos locais de trabalho dos portuários e procurava garantir os menores conflitos possíveis.

A partir do dia 30 de agosto de 1903, percebemos uma mudança no texto reservado a questão da greve. Não mais noticiada como “A Greve”, a coluna “Movimento Operário” se referia a situação especificamente como a “A greve dos estivadores”⁸⁴, dando um caráter de uma greve de uma única categoria, enquanto as outras voltavam já normalmente ao trabalho. Após duas semanas de greve os estivadores voltaram ao trabalho no dia 5 de setembro, entendendo que seria proveitosa a mediação feita entre o chefe da polícia e os responsáveis pela melhoria nas condições de trabalho.⁸⁵ Apenas 8 dias depois, a União dos Operários Estivadores foi fundada. Esse momento importante corresponde a duas coisas nas quais compreendemos ser

⁸¹ Gazeta de Notícias 28 de agosto de 1903.

⁸² Gazeta de Notícias 27 de agosto de 1903.

⁸³ Gazeta de Notícias 29 de agosto de 1903.

⁸⁴ Gazeta de Notícias 30 de agosto de 1903.

⁸⁵ GOLDMACHER, Marcela (2009). A “Greve Geral” de 1903 – Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, p. 63.

fundamental para esse trabalho: a primeira é ler que o momento era extremamente propício para que se formasse uma associação de classe e unir sob o mesmo aspecto as reivindicações operárias, que podemos entender ser comuns naquele momento.⁸⁶ A segunda questão é que apesar de não possuir uma associação de classe, a categoria foi durante a greve um pilar, atrasou o final em 2 semanas e por mais que talvez não tenha obtido todas as reivindicações, os trabalhadores saíram com experiências comuns de luta e formaram sua associação de classe⁸⁷.

A partir daí, formava-se a União dos Operários Estivadores, associação da qual desenvolveremos melhor a seguir.

Os “fundamentos da União”: características e experiências nas formas de um sindicato

A organização da União dos Operários Estivadores era de cunho sindical e tinha por um dos objetivos as questões referentes a regularização do serviço, a remuneração mais adequada, etc. Entretanto, ainda tinha muito das associações mutualistas de autoproteção características do século XIX⁸⁸. A entidade, preservava ainda características de socorro mútuo entre os membros, visando lhes garantir, caso faltasse, serviço e ajuda em caso de enfermidades e morte do associado.

Cláudio Batalha é quem melhor nos explica as diferenças entre as diversas associações de classe que na Primeira República constituíram a base “organizada” de trabalhadores.

Existiram, fundamentalmente, três tipos de sindicatos ou sociedades de resistência durante a Primeira República: as associações pluriprofissionais, reunindo operários de diferentes ofícios e diferentes ramos industriais; as sociedades por ofício, reunindo unicamente operários de determinado ofício e, quando muito de alguns ofícios similares; e, por último, os sindicatos de indústria ou ramo de atividade. Havia, ainda, casos de sindicatos de empresa, reunindo exclusivamente trabalhadores de uma

⁸⁶ Ibid.

⁸⁷ Ibid.

⁸⁸ BATALHA, Claudio. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2000.p.16-15

empresa específica, mesmo que pertencentes a diferentes ofícios. (BATALHA, 2000, p.16)

O autor ainda pontua que a maioria das entidades de classe que constituíam as representações operárias na Primeira República eram as organizações que preconizavam a questão do ofício, caso da União dos Operários Estivadores. A entidade tinha uma composição bem diversificada de membros, onde a questão nacional que em muitos casos geravam atritos, não comprometia a aceitação de membros.⁸⁹ Essa composição diversificada pode nos ser útil para compreender ainda mais os fundamentos dessa associação, que visava segundo seu estatuto, “trabalhar pelo levantamento moral, intelectual e material da classe”.⁹⁰ Abaixo, podemos conferir, de acordo com sua nacionalidade, o número de membros da União.

Quadro 3

NACIONALIDADES DOS SÓCIOS DA UNIÃO DOS OPERÁRIOS ESTIVADORES

Setembro, 1903 / Julho, 1905

Nacionalidade	Nº de associados	%
Brasileiros	504	62,1
Portugueses	213	26,3
Espanhóis	42	5,2
Ingleses	17	2,1
Italianos	17	2,1
Outras*	18	2,1
Total	811	100

*Inclui 5 franceses, 3 argentinos, 3 norte-americanos, 2 dinamarqueses, 2 austríacos, 1 russo e 1 oriental.

Fonte: Livro de Registro dos Sócios da União dos Operários Estivadores, 1903/1905.

⁸⁹ Para atritos entre trabalhadores nacionais e estrangeiros desde o século XIX, consultar GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Vertice, 1988.

⁹⁰ Estatuto da União dos Operários Estivadores. In: Diário Oficial, 06 de Agosto de 1906. Art. 2º, item “a”.

Em primeiro lugar, o objetivo da União dos Operários Estivadores era garantir os direitos dos trabalhadores através da resistência aos abusos por parte dos empregadores. O segundo objetivo seria auxiliar os seus associados, através de uma solidariedade que abraçasse os sócios.⁹¹ Ambas as condições, na nossa leitura, se baseavam na questão da solidariedade. Segundo Goldmacher, a reforma estatutária de 25 de Julho de 1905 propunha uma afirmação dessa resistência. As garantias propostas eram de defesa obrigatória e gratuita de membros que viessem a sucumbir em adversidades como prisões consideradas injustas e relações que se complicariam entre patrões e empregados.⁹² Outra preocupação fundamental que se inseria nesse contexto, era o do desejo de controlar a organização e distribuição das forças produtivas. Isso significava conquistar o *closed-shop*⁹³ e organizar diretamente o trabalho da estiva.⁹⁴ Fato que só vai se concretizar após a reformulação de 1910 e das reformas que organizariam o espaço portuário, compactando-o, em detrimento do disperso espaço que caracterizava a estrutura portuária anterior, que inclusive multiplicava a exploração das atividades em medidas enormes,⁹⁵ aprofundando as complexidades e as insatisfações na contratação da mão de obra.

Para além da questão da resistência, a questão do auxílio mútuo também se fazia presente. A União preocupava-se com a instrução de seus membros e com a situação dos mesmos em caso de morte ou enfermidade.⁹⁶ O estatuto reformulado de 1910 traz uma série de artigos que condizem diretamente com a postura de uma entidade que deseja controlar sua força produtiva através de uma disciplina do trabalho.⁹⁷ Podemos avaliar na parte referente aos

⁹¹ GOLDMACHER, Marcela (2009). A “Greve Geral” de 1903 – Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, p. 63.

⁹² Ibid, p. 64.

⁹³ SILVA, Fernando T. *Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos*. In: BATALHA, Claudio H.M.; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando T. *Culturas de classe*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005. E os livros *A carga e a culpa*. Santos, SP: Editora HUCITEC, 1995. e *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003, p.213.

⁹⁴ CRUZ, Maria Cecilia Velasco e. *Virando o Jogo: Estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República (1998)*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, p. 228-232.

⁹⁵ Ibid, p. 216-228.

⁹⁶ GOLDMACHER, Marcela (2009). A “Greve Geral” de 1903 – Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, p. 64.

⁹⁷ Ibid.

deveres dos sócios os artifícios utilizados pela União no estatuto reformulado de 1910 para atingir seu objetivo.

“São deveres do sócio relativamente ao serviço

§ 1º Embarcar com contra-mestres associados, devendo respeitar as ordens dos mesmos, quer nos embarques, quer durante o trabalho, fazendo o serviço com escrupulo e honestidade, não cometendo abusos de que resultem discórdias ou descrédito da sociedade, não podendo abandonar nem recusar trabalho, desde que este não seja superior às suas forças.

§ 2º Repartir o serviço sem designação de proa ou popa, nem este ou aquele lado, trabalhando todos de acordo afim de não haver sacrifício nem prejuízo no andamento do serviço, bem como cambiar desta para aquela escotilha, de um para outro vapor, dentro das horas determinadas; excetuando para couro salgado, carvão, mineral, que para tais cargas deverão ser avisados com antecedência.

§ 3º Prosseguir no trabalho, já começando, mesmo que fique alguns dos companheiros enfermo ou seja vítima de algum desastre, salvo se o acidente se tiver dado por motivo de imprestabilidade, defeito ou ruína dos aparelhos de bordo.⁹⁸

Os artigos supracitados tem como característica a questão da disciplina do trabalho, para dar a União a cara de uma associação capaz de organizar sua força de trabalho sem que saíssem prejudicados, trabalhadores e empregadores. É imprescindível que a força de trabalho disposta pela União não cause prejuízos, nem maiores problemas ao empregador, de modo que quando for da vez de reivindicar como no caso do artigo 65, a União possa “defender perante as autoridades, patrões, empresas e poderes públicos, os interesses dos sócios e os da Sociedade”.⁹⁹

Outra característica que podemos ler nos artigos do estatuto é o caráter reformista que os influencia. Por exemplo, o artigo segundo, item “g”, dedica-se a uma reserva em quantia

⁹⁸ Art. 8 do estatuto da União dos Operários Estivadores, de 1910.

⁹⁹ Art. 65 do estatuto da União dos Operários Estivadores, de 1910.

para que a União possa se defender em uma “resistência ordeira e pacífica”¹⁰⁰, mesmo considerando que essa entidade teve uma participação variada de distintas ideologias (até com uma participação anarquista, o que era incomum a sociedades cujas as atividades tinham proximidade em relações com o poder público)¹⁰¹. Contudo, mostra uma tradição do sindicalismo reformista em detrimento do revolucionário, tendo a greve como o último recurso, já que tinham uma influência grande por conta da atividade que exerciam, que naquela conjuntura econômica, não poderia parar.¹⁰² O Jornal do Brasil, na sua coluna “O Operariado”, em 30 de Outubro 1904, informava que a comunicação da Capitania do Porto à polícia não passava de “Simples Boato” (como o título da matéria fazia questão de frisar).¹⁰³ O secretário da União envia um comunicado à 1ª delegacia urbana afim de esclarecer que os trabalhadores não estavam de greve e nem pretendiam assim fazer, pois estavam satisfeitos com o atendimento às suas reivindicações.¹⁰⁴ A ação direta seria a última das incursões dos trabalhadores estivadores, por parte da União, sobretudo no Distrito Federal, onde a atuação dessa sociedade se fazia muito presente.¹⁰⁵

Podemos entender portanto, que a União dos Operários Estivadores, uma organização aparentemente reformista, se preocupava com a questão da representatividade de seus associados ligados ao ofício representado. Suas ações também baseavam-se no fator resistência, que buscavam garantir ao serviço da estiva a participação efetiva de seus membros, como organizadora da contratação da mão-de-obra, num sistema considerado mais justo do que as empreiteiras exploravam. Ainda se preocupavam com o auxílio mútuo aos seus membros e familiares em questão de enfermidade ou morte. O fator disciplinar da categoria seria fundamental, pois esse caráter daria a credibilidade necessária para a categoria obter a conquista do *closed-shop*, isto é, o controle do mercado de trabalho no porto, fator fundamental para os portuários avulsos de diferentes atividades.¹⁰⁶ Todos esses fatores são “fundamentos da União”. Essa afirmação, era muitas vezes pautada na questão da solidariedade – como foi no caso da

¹⁰⁰ Art. 2º, item “g”, do estatuto da União dos Operários Estivadores, de 1910.

¹⁰¹ GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Vertice, 1988, p.142.

¹⁰² BATALHA, Claudio. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000, p.33.

¹⁰³ Jornal do Brasil, 30 de Outubro de 1904.

¹⁰⁴ Jornal do Brasil, 30 de Outubro de 1904.

¹⁰⁵ BATALHA, Claudio. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000, p. 33.

¹⁰⁶ Ver CRUZ, Maria Cecília Velasco e. Virando o Jogo: Estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República (1998). Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.

greve de 1903 – com as diferentes causas operárias referentes ao contexto da primeira década do século XX.¹⁰⁷ Essa solidariedade também é um fator importante na constituição política da associação.

A política da boa vizinhança: solidariedade é a União fazendo a força

Antes da criação da União, no dia 27 de Agosto, durante a greve de 1903, uma comissão de estivadores foi até o Dr. Cardoso de Castro, chefe da polícia por volta das 10 horas da noite e pediu a soltura dos operários pintores presos.¹⁰⁸ A reivindicação não foi atendida, porém revela um traço significativo na atuação dos operários estivadores: a questão da solidariedade. Após a criação da entidade representativa, esse fato não mudou. A União dos Operários Estivadores esteve presente em criações de outras entidades, em bailes e reuniões recreativas, fazendo a política da boa vizinhança. O caso citado acima não foi o único que categoriza essa ideia. Antes de trabalharmos outros casos, é fundamental entendermos o que essa questão significa para o operariado.

Alexandre Fortes pode contribuir a respeito do que estamos tratando. O autor identifica como características comuns ao trabalhador urbano, em suas composições associativas, uma característica de auxílio baseada na assistência.¹⁰⁹ Fortes ainda contribui nos dizendo que a historiografia, ajudando a estigmatizar esses aspectos por vias de leitura teleológica, enxerga as sociedades de auxílio mútuo presentes ainda no século XIX como um estágio pré-sindical, negativizando a importância de diversos desses auxílios cedidos por essas entidades. Isso também ocorre com a ala mais radical da esquerda e do movimento operário, que enxergam como “nocivas” as políticas assistenciais que atrasariam a consciência de classe no seio sindical.¹¹⁰ Para a nossa compreensão, essas características que se mantêm na União dos

¹⁰⁷ Ver GOLDMACHER, Marcela (2009). A “Greve Geral” de 1903 – Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense.

¹⁰⁸ Correio da Manhã, 27 de Agosto de 1903

¹⁰⁹ FORTES, Alexandre. Nós do Quarto Distrito. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Educs, 2004, p.241.

¹¹⁰ Ibid.

Operários Estivadores desempenham um papel fundamental na composição política dessa entidade.

Um ponto que podemos pensar é: se essas associações viviam basicamente da contribuição de seus sócios, e praticavam a assistência para com eles em momentos de dificuldades (casos como os citados mais acima, como mortes e enfermidades), buscando garantir uma base estrutural mínima a esse trabalhador, o que torna a prática negativa para o próprio associado? Parece-nos que por mais depreciada que tenha sido a questão do mutualismo, o que predominou nessa entidade, independente das críticas sofridas foi mesmo essa prática.¹¹¹

O exemplo da solidariedade caberia nesse contexto. De certo, a solidariedade não foi alvo de críticas tão duras como o mutualismo. São inúmeras as fundações de federações de operários que desde o Congresso Operário de 1906 que mesmo boicotado pelos anarquistas¹¹² estavam dispostos fazer parte do cotidiano de lutas dos trabalhadores urbanos. Mas essa também caracteriza um fundamento dessa sociedade. Não podemos deixar também de refletir, como a questão da solidariedade entre entidades de classe é um modo de se fazer política. A necessidade de se solidarizar ao próximo, como no caso dos pintores, é também conjurar aliados quando se precisa. No caso da greve “geral” de 1903, a solidariedade foi fundamental, inclusive para as futuras criações de novas entidades, a União dos Operários Estivadores não é um caso à parte. Isso explica, por exemplo, o porquê dela estar presente no dia 11 de Novembro de 1903 na sede da Federação dos operários e operárias em fábricas de tecido, para “se declarar solidária” a questão desses trabalhadores junto à outras entidades de classe, como informou a “Vida Operária”, coluna destinada aos trabalhadores no Correio da Manhã.¹¹³ Era comum a presença da União em eventos que se destinavam a questão da solidariedade¹¹⁴ ou a promoção de eventos que comemoravam seus próprios feitos. A bandeira da entidade – as mãos dadas, símbolo que dificilmente encontra rival num critério de representatividade da questão associativa¹¹⁵ – dotada de um simbolismo característico da solidariedade entre esses operários.

¹¹¹ Ibid, p.243-268.

¹¹² Para saber mais, ver GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Vertice, 1988.

¹¹³ Correio da Manhã, 12 de Novembro de 1903.

¹¹⁴ Nota do autor: Diversos exemplo são encontrados em diversas notas nos jornais que pesquisamos. Para um exemplo mais claro, ver Gazeta de Notícias 28 de Novembro de 1910 ou Jornal do Brasil 25 de Outubro de 1904, data da fundação da União dos Operários Carvoeiros.

¹¹⁵ BATALHA, Claudio H.M. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H.M.; FORTES, Alexandre.; SILVA, Fernando T. Culturas de classe. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005.

Se ainda tivéssemos dúvida de como a questão da solidariedade pode ser encarada como questão política, podemos citar aqui o caso da criação do Partido Operário Socialista. É de conhecimento que a causa socialista tivera ligadas à questão reformista do movimento operário.¹¹⁶ O que nos chama a atenção, é que a fundação desse partido foi feita na sede da União dos Operários Estivadores, como noticiou O Paiz (jornal conhecidamente ligado ao patronato, que se tornou o jornal oficial do governo republicano)¹¹⁷ do dia 27 de Outubro de 1908. No dia 5 de Novembro de 1909, o Partido Operário Socialista voltou a reunir-se na sede da União dos Operários Estivadores para uma assembleia de aclamação.¹¹⁸ A União unia-se à outras entidades de classe, à partidos, e outras representações para reforçar os laços e garantir através da solidariedade os direitos do trabalhadores estivadores.

A questão da solidariedade parece ser tão importante para essa associação que, podemos ler que ela alcançou limites internacionais. Como no caso que comentaremos brevemente a seguir. Tal caso consiste num pacto de solidariedade entre operários estivadores argentinos e brasileiros. Consideramos esse um exemplo que vale a pena comentarmos aqui.

No dia 13 de outubro de 1904, a coluna operária do Jornal do Brasil noticiava um ofício da União dos Operários Estivadores.¹¹⁹ Outras entidades exprimiam através de suas próprias chamadas o comparecimento na reunião da entidade. Tal reunião era para solucionar “assuntos urgentes” e empossar o presidente recém-eleito. Os assuntos urgentes ficaram obscuros à reunião, mas não é difícil imaginar do que se tratava. Pois no dia 15 de outubro, a Gazeta de Notícias publicava que União dos Operários Estivadores estava se preparando para receber delegados da entidade de representação de estivadores argentinos.¹²⁰ A notícia se apresentava com grande alvoroço:

A União dos Operários Estivadores que tem cerca de 800 socios, quasi todos empregados de estiva no porto do Rio, prepara-se para receber festivamente os

¹¹⁶ GOMES, op. cit, p. 118-126.

¹¹⁷ Ibid.

¹¹⁸ Jornal do Brasil, 5 de Novembro de 1909.

¹¹⁹ Jornal do Brasil 13 de Outubro de 1904.

¹²⁰ Gazeta de Notícias, 15 de outubro de 1904.

representantes dos estivadores de Buenos Aires que vem firmar um pacto de solidariedade com seus colegas dessa capital.

Essa festa de conagração não occulta como se poderia julgar um, fim resta aos patrões. (Gazeta de Notícias, 15 de Outubro de 1904)

O pacto de solidariedade internacional e a convocação para a participação de outras entidades de classe nos parece ser uma questão de *status* e de uma aliança de luta operária baseada na solidariedade, uma questão que já se dispunha no próprio estatuto da União que pregava o estreitamento dos “laços de solidariedade em todas as associações congêneres dentro e fora do país”.¹²¹

A chegada dos “companheiros argentinos” foi comemorada e noticiada. No dia 19 de Outubro de 1904, o Jornal do Brasil e Correio da Manhã noticiaram como havia sido a chegada dos delegados.¹²² Estavam presentes diversas associações de classe, tanto de ofício como de congregação de ofícios, como a Federação de Associação de Classes. Pouco se estudou a respeito da profundidade da questão da solidariedade e das necessidades de uma política de associação por parte das entidades de classe na Primeira República.¹²³ Entretanto, entendemos que a questão da assistência e da ajuda mútua não sucumbiu ante aos ataques ideológicos por parte da ala radical do movimento operário. Pelo contrário, solidificou a questão da solidariedade que encontrou raízes até nos maneirismos do poder público ante a situação dos trabalhadores no momento posterior.¹²⁴ O caso dos argentinos, pode manter sua força muito mais no campo do simbólico do que de fato ser funcional para essa situação, que nos permite observar o quanto a cultura do associativismo e da solidariedade é presente nas associações de classe e perceber em medida um pouco dos interesses particulares a cada entidade. Nos

¹²¹ Art. 2º, item “f”, do estatuto da União dos Operários Estivadores, de 1910.

¹²² Correio da Manhã e Jornal do Brasil, 19 de outubro de 1904.

¹²³ FORTES, Alexandre. Nós do Quarto Distrito. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Educs, 2004, p. 243.

¹²⁴ Ibid.

forçando a pensar, que longe das compreensões simplistas dos fenômenos, baseados na ideia de cooptação e obtenção de simples vantagens, os processos são muito mais complexos.¹²⁵

O reforço dos laços de solidariedade que influenciavam os trabalhadores estivadores, tendo como destaque a presença dos estivadores argentinos nos deixa claro a importância dessa questão para estes operários. Trata-se de uma afirmação do apoio mútuo entre a categoria, inclusive internacionalmente. Compreendendo que suas reivindicações, ainda que dotadas das peculiaridades regionais, perpassavam antes por uma solidariedade de classe.

¹²⁵ BATALHA, Claudio. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2000, p. 31-32.

Conclusão

Pensarmos a situação do trabalhador portuário como um conjunto de fatores que complexificam a sua atuação no mundo do trabalho é fundamental para entender as questões por nós trabalhadas. A importância desse espaço de trabalho na composição econômica do país evidencia ainda mais as questões que perpassam a fundação e a solidificação da União dos Operários Estivadores no contexto da primeira década do século XX.

Tivemos como objetivos principais nessa breve pesquisa, analisar as experiências em comum na formação da União dos Operários Estivadores. Além de compreender como a questão da solidariedade se reflete na mesma conjuntura. Para atingir tais objetivos, investigamos a partir de uma leitura crítica da produção bibliográfica do período e da temática as relações de produção no porto do Rio de Janeiro na Primeira República; o trabalho no porto e o estivador, identificando algumas das características em comum que influenciam na formação da União; reconhecendo na greve de 1903 um momento de propensão para o surgimento dessa entidade de classe, além de reconhecer alguns dos fatores que contribuíram para o modo de ação e as características que circundam essa associação. Analisamos brevemente ainda o caso do pacto de solidariedade entre estivadores cariocas e argentinos que a reafirmariam uma das principais características dessa entidade.

No interior deste trabalho, verificamos que as complexidades na contratação da mão-de-obra e na divisão do trabalho estavam os germes de um problema que originava conflitos entre a categoria e empregadores. A categoria então, buscando melhorias nas condições de trabalho, lutava para se solidificar e obter como principal conquista o controle do mercado de trabalho e do oferecimento da mão-de-obra no porto.

As experiências compartilhadas por esses trabalhadores estiveram, não sem conflito, presentes na fundamentação que gerou a sua entidade de classe. Sem dúvida, podemos responder aqui que as experiências adquiridas no cotidiano dos trabalhadores estivadores foi fundamental para a cristalização da sua entidade representativa de classe. Nos fazendo entender

que longe da ideia de cooptação por parte do Estado, o que se deu foi uma negociação pelos direitos cobrados por esses trabalhadores.

Perpassam por essa experiência a questão da solidariedade e do mutualismo, bem como a questão da disciplina do trabalho, que nos parece fundamental na leitura dos artigos do estatuto da União, como elemento condutor para que a categoria conquistasse o *closed-shop*.

Se mostrando ao longo desta breve pesquisa uma importante associação operária, que dentre outras questões, buscou garantir os direitos de sua categoria. A União dos Operários Estivadores parece nos refletir muito do que compreendia a classe operária no Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX. Ainda que com suas particularidades, essa entidade é reflexo de uma conjuntura onde a solidariedade operária parecia ser o mais curto caminho para o atendimento de reivindicações e para o estreitamento dos problemas característicos aos trabalhadores no período. De modo que compreendemos como fundamental a existência da União dos Operários Estivadores, não somente nessa categoria de portuários, mas também na conjuntura em que estavam inseridas os trabalhadores de uma maneira geral.

Fontes

Estatuto da União dos Operários Estivadores.

Livro de Registro de sócios da União dos Operários Estivadores

Correio da Manhã

Gazeta de Notícias

Jornal do Brasil

Gazeta da Tarde

Referências Bibliográficas

ARANTES, Erika Bastos. O porto negro: Cultura e Trabalho no Rio de Janeiro dos primeiros anos do séc. XX (2005). Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP.

BATALHA, Claudio H.M. A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar. (org.) Historiografia Brasileira em Perspectiva. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

_____. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucilia de Almeida Alves. O Brasil Republicano - O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2000.

_____. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Claudio H.M.; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando T. Culturas de classe. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005.

_____. Dicionário do movimento operário – Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920. Rio de Janeiro: Perseu Abramo, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. Situação e composição social do proletariado brasileiro. *Sociologie du Travail* (4), 1961.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

CRUZ, Maria Cecilia Velasco e. Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, 2005-2006.;

_____. Tradições Negras na formação de um sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Revista Afro-Ásia*, n. 24, 2000.

_____. Virando o Jogo: Estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República (1998). Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP.

FAUSTO, Boris, Trabalho Urbano e Conflito Social. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

FOOT, Francisco; LEONARDI, Victor. História da indústria e do trabalho no Brasil (Das origens aos anos 1920). São Paulo: Global, 1982.

FORTES, Alexandre. Nós do Quarto Distrito. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul: Educus, 2004.

GOLDMACHER, Marcela (2009). A “Greve Geral” de 1903 – Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense.

_____. Movimento operário: aspirações e lutas. Rio de Janeiro (1890-1906). In: MATTOS, Marcelo Badaró (coord). Trabalhadores em greve, polícia em guarda. Greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

GOMES, Angela de Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Vertice, 1988.

HOBBSBAWM, Eric. Mundos do trabalho: Novos estudos sobre a história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LOPES, Juarez Brandão. Sociedade industrial no Brasil. São Paulo: Difel, 1964.

MORAES FILHO, Evaristo de. O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

SILVA, Fernando T. Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos. In: BATALHA, Claudio H.M.; FORTES, Alexandre; SILVA, Fernando T. Culturas de classe. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005. E os livros A carga e a culpa. Santos, SP: Editora HUCITEC, 1995. e Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

_____. A carga e a culpa. Santos, SP: Editora HUCITEC, 1995.

_____. Operários sem patrões: Os trabalhadores da cidade de Santos do entreguerras. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

THOMPSON, E. P. A formação da classe operária inglesa. V-I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.